

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.523.153 - AC (2019/0174756-0)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : WUANDERSON CARDOSO DA COSTA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **WUANDERSON CARDOSO DA COSTA** contra decisão que não admitiu recurso especial ofertado de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Sustenta a defesa, nas razões do recurso especial, violação do artigo 70 do Código Penal.

Requer o reconhecimento do concurso formal entre os delitos de furto e de corrupção de menores, ao argumento de que ambos os crimes foram cometidos “mediante uma só ação do acusado” (e-STJ, fl. 166).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 176-179).

O recurso não foi admitido com fundamento no óbice da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 182-183). Daí este agravo (e-STJ, fls. 188-196).

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do agravo (e-STJ, fls. 220-223).

**É o relatório.**

Decido.

Constata-se que o presente recurso constitui mera reiteração do pedido formulado no **HC 479.885/AC**, já examinado por esta Corte, havendo identidade de partes e de causa de pedir, impugnando ambos o mesmo acórdão, proferido no Processo n. **0002040-31-2017.8.01.0009**, o que constitui óbice ao conhecimento deste apelo extremo.

Nestes termos:

"[...]

I. A análise anterior do objeto do recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça implica perda de interesse recursal e prejudicialidade da pretensão recursal.

[...] Agravo regimental desprovido." (AgRg nos EDcl no AREsp 152.389/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 12/03/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ, julgo **prejudicado** este agravo.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator